

# JUVENTUDE POBRE E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: OS SENTIDOS COMPARTILHADOS NA MÍDIA IMPRESSA EM PERNAMBUCO

Thiago Silva Lacerda

Fatima Maria Leite Cruz

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE

thiago7lacerda@gmail.com - fatimacruz@yahoo.com

## Resumo

A imprensa no Brasil tem historicamente construído representações sobre a juventude em situação de vulnerabilidade social e sobre as políticas públicas voltadas a esta população. Este artigo apresenta uma análise da mídia impressa pernambucana com o objetivo de compreender como se tem produzido visibilidade à política de abrigamento de jovens. Utilizamos como método a análise documental de matérias jornalísticas dos três jornais de maior expressão no Estado de Pernambuco no período do ano 2009 ao ano 2014, tomando como referência a Teoria das Representações Sociais. Conferimos que a construção de sentidos em torno da política de abrigamento se estrutura em temas que colocam em oposição a ideia de bem versus mal, e estrutura as relações em torno do acolhimento de forma a gerar linhas de argumentação que atestam a incapacidade das famílias pobres em educar seus filhos, bem como atribuem ineficiência da Assistência Social ao conduzir as medidas de abrigamento.

**Palavras-chaves:** Juventude; Acolhimento Institucional; Abrigo; Teoria das Representações Sociais

# POOR YOUTH AND INSTITUTIONAL RECEPTION: THE SENSES SHARED IN PRINTED MEDIA IN PERNAMBUCO

Thiago Silva Lacerda

Fatima Maria Leite Cruz

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE

thiago7lacerda@gmail.com - fatimacruz@yahoo.com

## Abstract

The press in Brazil has historically constructed representations of youth in social vulnerability and on public policies aimed at this population. This article presents an analysis of print media material of Pernambuco in order to understand how it has produced visibility to sheltering policy for youth. Taking as reference the Theory of Social Representations, it was utilised the documental analysis method to analyse news reports from the three newspapers with the highest expression in the state of Pernambuco in the period of 2009 to 2014. The results suggested that the construction of meaning around the sheltering policy is structured thematising placing in opposition the idea of good versus evil, and structure the relationships around the host in order to gestate lines of argument that attest to the disability of poor families to educate their children as well as attribute inefficiency of social welfare to conduct the sheltering measures.

**Keywords:** Youth; institutional shelter; shelter; Theory of Social Representations.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos um recorte da dissertação desenvolvida pelo primeiro autor, com orientação da segunda autora e defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 2014. Neste recorte trazemos um dos procedimentos metodológicos adotados, que consistiu na análise de como a mídia impressa pernambucana construiu conhecimentos e noticiou fatos envolvendo o acolhimento institucional de jovens, após a reformulação proposta pela Lei 12.010/2009. A referida lei normatizou aspectos referentes à adoção e aos processos de acolhimento institucional no Brasil.

Pareceu-nos relevante utilizar as notícias elencadas para compreender como a imprensa tem produzido visibilidade dessa política pública e como essas têm influenciado os diferentes atores que lidam com esse objeto polissêmico no seu trato ordinário. O trabalho de investigação abordou a questão no âmbito da psicologia social, discutindo tensões relacionadas às categorias pobreza, vulnerabilidade social, família, gênero, política e acolhimento institucional, em meio à reformulação do serviço sócio assistencial de acolhida temporária que limitou em dois anos esse acolhimento e mudou conceitualmente a noção do *abrigo*, que passou a ser denominado como *casas de acolhida temporária*.

A análise documental do material midiático referente aos jovens e ao acolhimento institucional nos permitiu interpretar como vão sendo construídos sentidos acerca da juventude institucionalizada e como estes contribuem para a estigmatização do abrigo e de seus usuários, bem como de suas famílias.

Nesse sentido, nos perguntamos: como a mídia tem feito circular significados específicos acerca da juventude em situação de acolhimento? Como a movimentação desses significados no campo de alcance da mídia influencia o contexto no qual se inserem os jovens participantes da pesquisa? Assim, nossa preocupação recaiu sobre a maneira como os significados sobre acolhimento são construídos e a

forma como esses interagem na ordem da vida cotidiana dos agentes participantes da pesquisa.

Tomamos como base a perspectiva psicossocial da TRS, por esta conceber o indivíduo e a sociedade como construtos sociais e históricos em um processo dialético contínuo; portanto, pesquisar os processos de comunicação, investigando as formas como significados são construídos e disseminados, constitui componente importante para o acesso e a compreensão do contexto em que circundam os significados atribuídos aos jovens em situação de acolhimento institucional. Assim, concordamos com Morigi (2004), que situa os fatos noticiosos como um importante componente cultural na TRS, ao passo que esses contêm em si grande potencial para fazer circular sentidos em determinados contextos, influenciando o campo das relações sociais e agindo sobre a vida cotidiana e o mundo vivido daqueles que são alcançados por eles.

## **INFÂNCIA E JUVENTUDE POBRE EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL**

O fenômeno da infância e da juventude em situação de rua e vulnerabilidade no Brasil é tão antigo que remonta ao período da colonização portuguesa, quando os filhos de famílias pobres que eram abandonados, devido ao alto nível de miséria da população, ficavam sob a responsabilidade das câmaras municipais e eram classificados como *expostos* (MARCÍLIO, 1997). Tal categorização sancionava a situação de crianças abandonadas no Brasil colônia, vulneráveis a acidentes e ataques de animais, entre outros, e com um alto índice de mortalidade (RIZZINI; RIZZINI, 2004). A vulnerabilidade dos “expostos” era referendada pela pobreza, pela desfiliação familiar e pela situação de rua. O enfoque das políticas públicas, que eram conjugadas com instituições religiosas, ocorria na esfera da proteção da vida das crianças “expostas”, baseando-se para tal na caridade religiosa (MARCÍLIO, 1997) e visando ao controle através da moralização do pobre (RIZZINI, 2011).

A reconhecida presença das ações da Igreja Católica Apostólica Romana na sustentação e na execução das políticas de assistência aos pobres, desde a Idade Média, levou Michel Mollat a cunhar o termo “monopólio monástico” na assistência humanitária ao pobre (MOLLAT, 1989, p. 39). Como aponta Rizzini (2011), tal monopólio esteve presente no fundamento das políticas sociais no Brasil colônia e assentava suas ações na noção de caridade cristã, a qual era entendida como uma condição primaz para que os fiéis recebessem a salvação de suas almas. No entanto, as instituições católicas não se configuravam como instituições puramente religiosas e caritativas, em sua definição cristã. Marcílio (1997) aponta o papel social exercido pelas igrejas e instituições religiosas, demonstrando sua atuação no controle e na regulação dos “expostos”.

Como exemplo, aludimos à instituição da roda dos expostos que, segundo Marcílio (1997), mais do que a caridade às crianças abandonadas, fornecia um modo de regulação que visava a impedir a proliferação de meninos de rua, taxados à época de delinquentes. Nesse sentido, Rizzini (2011) demonstra, através de acurada pesquisa com documentos históricos, que a criança ou o jovem que careciam da proteção do Estado, na verdade, eram aqueles que, aos olhos das elites brasileiras, precisavam ter suas práticas corrigidas e ser reeducados, para que o seu comportamento não causasse danos aos modos de vida aceitos como legítimos nas cidades. Logo, essa ótica de proteção aos “expostos” se revelava, prioritariamente, como uma proteção à sociedade dos prejuízos que aqueles considerados desviantes das normas sociais instituídas causavam ou poderiam vir a ocasionar no futuro.

## O DESAFIO DE CONCEITUAR JUVENTUDES

Por levarmos em consideração fatores diversos, como contexto sócio-histórico, diversidade cultural e intergeracionalidade, entre outros, conceituar a juventude enquanto categoria não se constitui tarefa fácil (SPÓSITO, 1997; ABRAMO, 1997; LEVI; SCHMITT, 1996). Como Levi e Schmitt pontuam, ela está situada “no interior de margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta” (1996, p.8), e sua definição está mais atrelada ao nível cultural do que o do desenvolvimento fisiológico humano. Kehl (2004), acentuando essa dificuldade conceitual, aponta a elasticidade e a polissemia do conceito de juventude. Castro e Correa (2005), seguindo uma linha de pensamento similar, destacam a complexidade das questões que permeiam as juventudes, colocando a impossibilidade de delimitarmos uma única chave de resposta para considerarmos tais questões.

Constituindo-se como uma fase da vida que pode ser mais bem contextualizada ao nível cultural das sociedades humanas, a juventude não pode ser demarcada por limites etários e fisiológicos, tampouco jurídicos, como no caso da maioridade penal. A impossibilidade do estabelecimento de limites bem definidos se deve ao mérito da pluralidade do conceito, conforme aponta Melucci (1997), considerando-o como ‘um assumir culturalmente’ a característica juvenil, diante de contextos contingentes, independentemente da faixa etária. Levando em conta as considerações acima, optamos por romper com certos paradigmas individualistas, associados apenas ao desenvolvimento biológico, em favor de uma visão mais construtivista do processo social que se convencionou chamar na atualidade de juventude. Situamos, inicialmente, que muitas são as perspectivas teóricas no contexto da psicologia no Brasil que procuram abarcar o tema da juventude ou das juventudes. Para León (2005), “os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional que através de diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes” (p.10).

Optamos, na pesquisa, por utilizar o termo *juventudes* para evidenciar uma posição política que afirma a pluralidade dos modos de ser jovem e que se pauta no entendimento de que a juventude não se configura como uma categoria universal e homogênea do desenvolvimento humano, mas, antes, se constitui em um construto sócio-histórico, permeado de especificidades culturais. Também optamos por considerar as *juventudes pobres* uma categoria política, e tal ato, longe de *dar voz* a quem já a possuía, se constituiu antes um “falar ao” jovem, respeitando seu direito e sua condição de falar por si mesmo e considerando suas ações coletivas como formas de participação na emergência de outro devir e outros modos de participação na vida política da sociedade.

Pesquisadores como Freitas (2005), Graciele (2006) e Menandro, Trindade e Almeida (2010) pontuam a forma como a temática da juventude tem tomado corpo no Brasil na atualidade, tendo ocorrido um considerável aumento no interesse pela temática por parte de diversos segmentos da sociedade e sob variados enfoques. No entanto, conforme assinala Graciele (2006), a juventude é associada a diversos problemas sociais, tais como: delinquência, violência, envolvimento com drogas ilícitas, aspectos que têm sido ressaltados, acima dos demais, principalmente nos segmentos midiáticos e nos dispositivos jurídicos. Quanto a isso, Kerbauy (2005) contrasta a angústia dos jovens em serem incluídos e reconhecidos como membros da sociedade em face da constante marginalização promovida por esta.

Tal forma de conceber a juventude se encontra profundamente relacionada com o modo como a psicologia brasileira conceituou historicamente a adolescência, associado quase sempre à transgressão e ao afastamento dos padrões tidos como “normais”. Aliás, no Brasil é possível encontrar a utilização simultânea dessas duas nomenclaturas, apresentando-as ora como campos distintos, ora associados e complementares (FREITAS, 2005).

De acordo com Zamboni (2007), é a partir dos anos 1980 que a psicologia social no Brasil intensifica o debate com perspectivas mais

críticas da psicologia e inicia uma fase de questionamentos quanto às abordagens psicológicas comprometidas com visões positivistas e individualistas do ser humano que se apresentavam como hegemônicas na ciência à época. Tais modelos positivistas de se pensar o ser humano apresentavam em geral um caráter impositivo e normatizador comprometido com a procura de uma única realidade a ser desvelada por meio dos métodos das ciências naturais (TRAVERSO-YÉPEZ, 2001).

Em oposição ao enfoque positivista surgiram posturas críticas na psicologia social brasileira propondo outras formas de se pensar a adolescência. Desses desenvolvimentos decorre uma recriação da categoria juventude, que passa a ser concebida como produto sócio-histórico da contemporaneidade (ZAMBONI, 2007).

Essa concepção de ser humano histórico, logo, não natural, permite considerar as juventudes não como categoria estanque, estável em meio a processos normativos inerentes aos sujeitos, mas como um construto sócio-histórico e contexto-dependente. Ou, como conceituou Ariés (2003), as idades da vida não se configuram apenas como fenômenos biológicos, mas são construídas no processo histórico e social.

## **A JUVENTUDE COMO ESPAÇO DE FRONTEIRA**

Associando o conceito de relação proposto por Guareschi (2004) à noção de espaços de fronteira de Santos (2005), Zamboni (2007) propõe a problematização do conceito de juventude, a partir da noção de espaço de fronteira. Assim, ela admite dois pressupostos nessa correlação. O primeiro afirma que a relação é elemento fundante do ser humano, o qual é, ao mesmo tempo, “singular e múltiplo” (GUARESCHI, 2004, p. 62) e, portanto, tem a construção da sua identidade dependente das relações que estabelece com o *outro*, sendo essas relações sempre dialógicas. O segundo aponta o espaço da fronteira como lugar privilegiado para a compreensão da forma



relacional e histórica da construção de subjetividades na contemporaneidade (SANTOS, 2005).

Para proceder à problematização da juventude como espaço de fronteira, concepção que adotamos como eixo da pesquisa, Zamboni (2007) compreende a noção proposta por Boaventura de Sousa Santos não como um lugar físico situado geograficamente, mas como um lugar subjetivo desenvolvido e situado na relação com outras pessoas. É nesse lugar de trocas sociais que as pessoas ressignificam os padrões de seus lugares de origem com o fim de inventar novas formas de se relacionar com os outros.

Pensar a juventude como espaço de fronteira implica considerá-la um lugar distinto para a convivência no qual os jovens já trazem consigo diversos marcadores, como: gênero, etnia e classe social e os ressignificam para se relacionarem com os outros. Considerar, portanto, a juventude enquanto espaço de fronteira implica desnaturalizá-la enquanto fase obrigatória do desenvolvimento humano e considerá-la histórica. Logo, ser jovem no atual contexto brasileiro não é uma questão individual relativa a uma faixa etária, mas o resultado de uma série de relações socioculturais estabelecidas por pessoas imbricadas no processo de construir a sociedade, ao mesmo tempo em que são construídas por ela (ZAMBONI, 2007).

Ao se constituírem na fronteira, as juventudes se configuram como local privilegiado para a construção de subjetividades de forma relacional e histórica, tensionando os limites que lhes são impostos nas margens em que se situam. Santos (2005), ao afirmar que a fronteira faz parte da margem e não do centro do poder, fato que permite certo deslizar entre um paradigma dominante e outros marginais, destaca duas formas de se proceder a essa experiência, a saber: a cabotagem e a hibridação. A cabotagem é um meio de realizar as tarefas da vida cotidiana através da orientação pelos limites que se fazem presentes, agindo ora por meio de um paradigma dominante, ora por via de paradigmas emergentes. Já a hibridação consiste em uma forma de tensionar os limites, tornando-os vulneráveis e

possibilitando a ação sobre eles. Tais experiências nunca se dão ao nível da vivência tão somente individual, sendo sempre mais ou menos comunitárias (SANTOS, 2005).

Problematizando as juventudes enquanto espaço de fronteira, podemos situá-las à margem, sem, no entanto, fazer delas “marginais”, admitindo sua operação pelos limites que os jovens encontram em seus processos de construção de suas subjetividades. Assim, pensar uma fenomenologia das juventudes brasileiras é perceber a fluidez dos seus processos sociais, a criação e a invenção constante de novas formas de sociabilidade e de constituição de identidades, nunca de modo permanente, e sempre de modo provisório, entre “tempos”, situando-se em relação aos paradigmas marginais que distam do centro do poder em suas específicas nuances.

### **A abordagem psicossocial da TRS**

É o conceito de representações coletivas, elaborado por Durkheim, que Moscovici retoma e reformula para elaborar a Teoria das Representações Sociais (JESUÍNO, 2011). Tal reformulação consistiu em considerar “como um fenômeno o que era antes considerado como um conceito”(MOSCOVICI, 2010), reconhecendo as representações sociais como uma forma particular de conhecimento da modernidade.

Jovchelovitch (2011) escreve que “o conceito de representações sociais é uma transformação psicossocial do conceito durkheiminiano de representações coletivas” (p.96). Destaca ainda que a ideia de uma consciência coletiva das sociedades e comunidades, oriunda do conceito de Durkheim, constitui base fundamental para a teoria proposta por Moscovici e está presente nos debates sociológicos, antropológicos e psicológicos acerca de questões sobre o que garante o vínculo social numa comunidade e a forma como os indivíduos agem e pensam em sociedade.

Ao recuperar o conceito de Durkheim, adotando o adjetivo *sociais*, Moscovici enfatiza a comunicação intersubjetiva enquanto processo

gerador de representações, transformando-a num processo criativo, que não tem o intuito de duplicar ou reproduzir algo, mas reconstituir, recolocar esse algo (MOSCOVICI, 2012). Uma representação social não reproduz um saber, mas retrabalha sua conveniência, seguindo os meios e materiais disponíveis encontrados, realizando uma reacomodação de elementos, uma reconstrução do objeto de representação (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

## **Metodologia**

Foi realizado o levantamento de notícias acerca dos adolescentes em situação de acolhimento institucional nos bancos de dados dos três principais jornais de maior circulação na cidade de Recife: os jornais Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Comércio,<sup>77</sup> no período subsequente à regulamentação da Lei n.º 12.010/2009. Utilizamos os indicadores de busca “abrigo para adolescentes” e “acolhimento institucional” e obtivemos trinta e seis notícias distribuídas entre os jornais pesquisados; dessas, vinte e uma se adequaram aos critérios da pesquisa.

Consideramos as notícias publicadas em todos os dias da semana e selecionamos matérias publicadas entre os anos 2009 e 2014. Tal recorte se justifica pelo fato de 2009 ter sido o ano em que a Lei 12.010/2009 entrou em vigor. O critério de inclusão das notícias tinha como referência que essas versassem sobre o cotidiano das instituições e sobre os jovens em situação de acolhimento.

As notícias foram submetidas à análise de conteúdo de Bardin, em suas três etapas tradicionais, a saber: 1) a pré-análise, com o intuito de sistematizar as ideias iniciais em um quadro organizativo; 2) a exploração do material, que compreende a definição de categorias de análise e a descrição analítica que será tomada por base das inferências e interpretações; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, quando há a condensação das informações

---

<sup>77</sup>Aqui elencados em ordem alfabética.

de análise em uma proposta de análise reflexiva que culminará nas interpretações inferenciais (BARDIN, 2011).

Finalizada a seleção do material, categorizamos os temas mais frequentes noticiados pela imprensa pernambucana, a seguir apresentados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a etapa de pré-análise, foram elencadas quatro categorias acerca da temática: *juventude pobre e violência*, *instâncias de acompanhamento à juventude institucionalizada*, *políticas públicas de acolhimento à juventude* e *família e suas concepções*, as quais foram divididas em subcategorias, conforme a Figura 1:

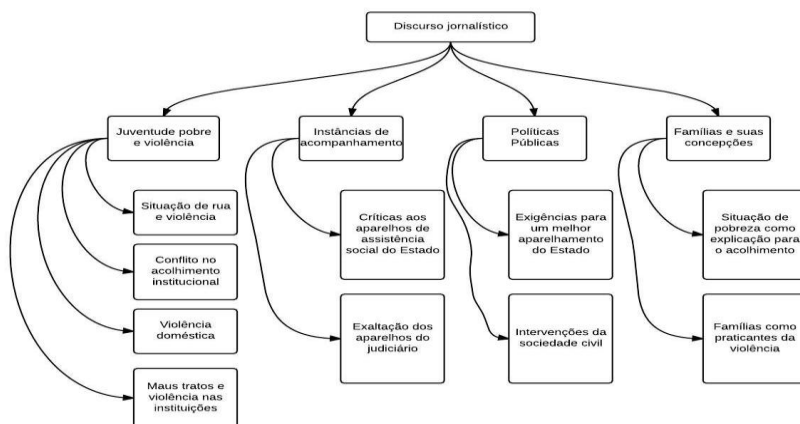


Figura 1: Diagrama das categorias e subcategorias da temática de pesquisa

Fonte: Elaborada pelos autores

## **Juventude pobre e violência**

Das vinte notícias selecionadas, nove faziam alusão à temática da *violência*. Percebe-se que, com agenciamentos diversos, a questão da violência se faz presente nos textos jornalísticos como conteúdo que permeia tanto a situação de afastamento do convívio familiar, quanto o subsequente acolhimento institucional de crianças e jovens, como detalhamos adiante.

### ***Situação de rua e violência***

Em relação à população que se encontra em situação de rua os textos selecionados revelaram uma crescente denúncia de atos de recolhimento forçado e agressivo aos abrigos e instituições de acolhimento. As notícias relataram críticas às operações de recolhimento forçado, apontando que frequentemente são constatados “casos graves de uso excessivo de força” (MANIFESTANTES..., 2011) e formas de recolhimento que desrespeitam os direitos das pessoas que estão em situação de rua.

Pareceu-nos que tal associação tem relação com uma representação da população de rua como pessoas à margem da sociedade (marginais), ancorada em práticas e saberes oriundos do Brasil colônia (MARCÍLIO, 1997), período marcado pelo uso da violência como estratégia para conter o “risco” que essa população representava. Muitas políticas voltadas para a população em situação de rua guardam íntima relação com saberes marcados pela repressão e pelo uso da força (CRUZ; GUARESCHI, 2009). Tais saberes ainda circulam em nosso meio social, legitimando socialmente práticas abusivas de agentes políticos e institucionais.

### ***Situação de conflito e violência no acolhimento institucional***

Conferimos que foi dado certo destaque aos conflitos e às práticas de violência que têm sido vivenciados pelos usuários, dentro das instituições de acolhimento. No entanto, tal destaque se centrou, apenas, nos danos que tais situações causam ao patrimônio público e,

por conseguinte, as possíveis causas da violência geralmente são deixadas de lado ou é atribuída responsabilidade aos jovens acolhidos. Os conflitos são relatados ora como ocasionados por disputas entre os jovens acolhidos, ora provocados por tensões envolvendo os funcionários da instituição, geralmente os educadores sociais, e os usuários da mesma. No entanto, os relatos que se tornaram fatos jornalísticos foram aqueles cuja situação de conflito evoluiu a ponto de gerar grave dano ao patrimônio público, como os casos de depredação e/ou incêndio das Casas de Acolhida.

Em todas as ocorrências relatadas nas notícias pesquisadas, se encontra um mesmo modo de operação: os jovens quebram camas, queimam colchões e utilizam pedaços de madeira e pedras para ameaçar os funcionários das instituições. Enquanto na notícia “Confusão em abrigo da prefeitura” é apontado que pedaços de madeira foram arrancados da escada (CONFUSÃO..., 2012), na outra, intitulada “Menores tentam realizar orgia em abrigo”, os usuários quebraram camas e partes do teto para conseguir pedaços de madeira e iniciar um tumulto (MENORES..., 2011). Mesmo nos casos em que o conflito se origina entre os jovens acolhidos, as notícias apontam que os funcionários foram alvo de ameaças.

Os conflitos apontados pelas notícias apontam para questões envolvendo choques entre a moralidade da equipe de funcionários e os usuários das Casas de Acolhida. Ilustra essa ideia uma confusão que teria se originado quando da intervenção de educadores sociais que teriam frustrado, durante a noite, a tentativa de alguns jovens de praticarem sexo em um dos quartos da instituição (MENORES..., 2011). O ato foi classificado pela imprensa como uma orgia que teria sido orquestrada pelos usuários da instituição. Não há, nesse noticiário, uma discussão acerca dos modos de vivência da sexualidade entre esses jovens em uma situação de acolhimento institucional e, ao contrário, suas práticas geralmente são classificadas em termos considerados moralmente deploráveis.

Percebe-se que as histórias referendadas pelos adultos são consideradas pelas notícias como a versão verdadeira do ocorrido. Não houve espaço para se levantar a visão dos jovens envolvidos. Nota-se que o jovem é privado, nos textos pesquisados, da sua capacidade de defesa quando se trata do seu envolvimento em situações de conflito.

Mais uma vez, retornamos ao jovem como promotor de riscos (CRUZ; GUARESCHI, 2009); dada a sua situação “marginal” (MARCÍLIO, 1997), a qual geraria uma cultura de rua, tida como negativa, que conduz às representações de jovens em situação de acolhimento como baderneiros, bagunceiros, que desrespeitam a lei e as pessoas (RIZZINI, 2011).

### ***Situação de violência doméstica***

Embora a aplicação da medida protetiva do acolhimento institucional decorra de situações de vulnerabilidade diversas, a análise dos textos jornalísticos apontou que a situação de violência doméstica alcançou proeminência entre os fatos jornalísticos divulgados. É emblemática a transcrição da fala de uma coordenadora de serviços de acolhimento, que afirma: “os casos que chegam para nós são de abuso sexual, de criança negligenciada e abandonada e de criança queimada e espancada” (TODOS..., 2012). A violência é tratada pelos agentes cuidadores como a principal causa do afastamento do convívio familiar de crianças e jovens que se encontram em situação de rua ou de acolhimento institucional.

No entanto, se mostra presente nas notícias a colocação do Estado como corresponsável ou como gerador das situações de violência doméstica. Em uma das notícias foi dado destaque à afirmação de uma funcionária de uma ONG que aponta que “a violência doméstica é gerada por uma ineficiência do Estado” (TODOS..., 2012), aludindo à falta de uma rede de atendimento que contemplasse as necessidades das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em outra fala o Estado é apontado como desconhecedor dos

problemas cotidianos das famílias que praticam violência (A REALIDADE..., 2012).

De certo modo, as ações por parte de alguns familiares que violentam ou omitem a violência direcionada às crianças e jovens são justificadas pela precariedade das ações dos aparelhos de assistência social do Estado brasileiro. Logo, a prática da violência doméstica é ancorada no argumento de uma série de desigualdades sociais que tornam a família vulnerável. Mesmo quando se trata de casos de violência sexual, a situação de pobreza é apontada como justificativa tanto para a família que violenta quanto para a família que se omite. Como apontado por uma funcionária de uma ONG: “Essas famílias têm essa dificuldade financeira e isso acaba gerando outros tipos de violência. A questão financeira é geradora das demais violências. O Estado precisa olhar para essas questões” (A REALIDADE..., 2012).

Encontramos, também, ecos da desautorização das famílias pobres no que tange à educação de seus filhos (SARTI, 1995). Saberes técnico-científicos, como a psicologia e a pedagogia, são utilizados pela sociedade brasileira para construir essa representação das famílias pobres como incapazes de promover a educação de seus filhos e filhas. A violência, nesses casos, é ancorada na situação de pobreza. Esta, concomitantemente, é associada à ineficiência do Estado. Logo, as famílias violentam porque são pobres, e são pobres por conta da falta de apoio do Estado. Esse argumento é apontado como a raiz do problema, estruturando a crença compartilhada da incapacidade de as famílias pobres educarem seus filhos.

### ***Situação de maus tratos e violência sofrida nas instituições***

As notícias de denúncias referentes a maus tratos em instituições públicas foram constantes, semelhantes às da violência doméstica e referendadas por algum órgão do Poder Público que agencia as queixas dos jovens em situação de vulnerabilidade. Os atos de violência praticados contra os acolhidos presentes nas notícias selecionadas são apresentados como retaliações de alguns



funcionários contra atitudes infratoras daqueles. Em um dos casos noticiados, sete adolescentes relataram terem sido agredidos por meio de um aparelho que dispara choques elétricos. Um dos adolescentes, que teria recebido um choque nas nádegas, afirmou que “a agressão ocorreu após o celular de uma psicóloga ter sido furtado dentro da unidade”(MP-RJ..., 2013).

Percebe-se, nessa notícia, que a falta de mecanismos socioeducativos por parte de alguns funcionários para lidar com situações de conflito ocasionou uma grave violação dos direitos de alguns jovens acolhidos. Nota-se também a presença marcante da violência como um método para “ensinar” o comportamento considerado adequado às juventudes pobres, algo que remonta ao passado cultural do Brasil, quando escravos e criminosos sofriam severas punições físicas, ao praticarem atos em desacordo com a moral vigente na época (MARCÍLIO, 1997; RIZZINI; RIZZINI, 2004; RIZZINI, 2011).

Mesmo após um longo desenvolvimento das teorias acerca da socioeducação, ainda se identifica esse ranço punitivo, na defesa de que as populações pobres podem ser tratadas com sanções violentas (NEGROMONTE; PEDROSA, 2009). Tais construções históricas e sociais legitimam os saberes que geram representações do jovem em situação de rua como um risco para a sociedade. Os elementos dessa representação incidem, muitas vezes, nos atores que são responsáveis por aplicar as políticas públicas voltadas para o segmento, gerando tensões e situações de conflito.

### **Instâncias de acompanhamento à juventude institucionalizada**

Conferimos que as instâncias de acompanhamento dos jovens acolhidos receberam notável destaque na produção jornalística acerca do acolhimento institucional, após a promulgação da Lei n.º 12.010/2009, pois, das vinte notícias selecionadas, doze faziam referência direta a instâncias como Conselho Tutelar, Ministério Público e Varas da Infância e da Juventude. Como vimos, uma das

consequências da judicialização do acolhimento institucional foi a perda da autonomia conquistada pelas instituições de acolhimento, em prol de um controle mais rígido das instâncias judiciárias. Logo, não é de se estranhar que tais instâncias comecem a aparecer mais no cenário midiático quando o assunto é o acolhimento institucional. Uma melhor compreensão das instâncias de acompanhamento conforme a divulgação na mídia impressa aparece nas *críticas aos aparelhos de assistência social do Estado* e na *exaltação dos aparelhos do judiciário*.

### ***Críticas aos aparelhos de assistência social do Estado***

As notícias que se referem às intervenções das instâncias de acompanhamento nos serviços de acolhimento institucional trazem consigo a marca, em comum, de tecerem severas críticas aos aparelhos de assistência social do Estado. A esse respeito, em notícia citada anteriormente, na qual o Ministério Público investigou denúncias de maus tratos, através de choque elétrico, foi dado destaque à seguinte afirmação de um promotor: “Como um aparelho, que pode ser daqueles vendidos clandestinamente, vai parar nas mãos de supostos educadores?” (MP-RJ..., 2013). A notícia destaca a ineficácia do serviço público e de seus servidores no cumprimento da meta para a qual teria sido designado, ou seja, educar. O modo de atuar de alguns funcionários da instituição, chamados de “supostos educadores”, é colocado em contraste com o objetivo da instituição.

Ao descaracterizar esses funcionários, indicando que eles não são educadores, da mesma maneira, também se descaracteriza a ação socioassistencial da instituição, quando se pergunta: “Em uma unidade para educar, o que esperar desses jovens que são tratados dessa forma?” (MP-RJ..., 2013). Assim como os funcionários seriam “supostos educadores”, o lugar físico seria também uma suposta instituição de acolhimento, ou seja, uma instituição que não cumpre o seu papel político e social, cuja ineficiência está estampada nos modos de agir de seus funcionários.

Outro ponto criticado nas notícias é a falta de instituições de acolhimento em cidades distantes da região metropolitana e nas cidades do interior. A falta dessas instalações, que são de responsabilidade dos municípios, foi relatada como uma grave falha na proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As notícias, no entanto, não citam as dificuldades desses municípios para viabilizar serviços de acolhimento de qualidade. Não é colocado em evidência que, após a municipalização dos serviços de acolhimento institucional, muitos têm encontrado diversas dificuldades para conduzir as instituições, devido à falta de estrutura e de dotação financeira (BAZÍLIO, 2006).

Outra questão que foi alvo constante de críticas é a existência de muitos casos de adolescentes abrigados sem a devida guia de autorização judicial. Segundo uma juíza federal, “se o juiz sequer sabe da presença da criança em um abrigo, fica impossível regularizar a situação. E, infelizmente, temos aí um grupo de crianças que está no limbo” (UM..., 2013).

O discurso da juíza evidencia a lógica da judicialização, segundo a qual a figura do juiz retoma um caráter central. Sem ela, a situação fica impossível de se regularizar. Sem o conhecimento do juiz, nessa linha de pensamento, a reintegração familiar de jovens acolhidos dificilmente se realizará. E, ao exaltar a centralidade do judiciário no funcionamento adequado do acolhimento institucional, se pontua a deficiência do Estado. Sobre a situação, a mesma juíza afirma: “Verificamos aqui que as instituições não estão adequadas. Logo, temos que reconhecer a falha do Estado. E o próprio avanço da presença (participação) de adolescentes em atos infracionais tem muito a ver com as falhas do Estado” (UM..., 2013).

Mais uma vez, ficou evidenciada a representação do Estado como responsável pelos problemas sociais que estariam na raiz das situações que geram o acolhimento institucional. A chamada “ineficiência do Estado” é ponto recorrente nas notícias e nos saberes sociais compartilhados na sociedade brasileira (MINAYO, 1993). Esses

saberes terminam por corroborar muitas teorias sociais que representam as instituições de acolhimento como lugares prejudiciais de desenvolvimento (NEGROMONTE; PEDROSA, 2009), contribuindo para o surgimento de estigmas para os seus usuários, vistos, muitas vezes, como produto de instituições de ‘jovens baderneiros’ (RIZZINI, 2011).

### **Exaltação dos aparelhos do judiciário na imprensa escrita pernambucana**

As críticas aos aparelhos de assistência social do Estado vêm acompanhadas, ao mesmo tempo, da exaltação dos serviços do Poder Judiciário, após a promulgação da Lei n.º12.010/2009. Esta tem sua eficiência posta em destaque por um promotor que atribui a queda de 20% nos acolhimentos com duração superior a dois anos ao monitoramento efetuado pelo Ministério Público (NOVA..., 2009).

Observou-se que o promotor delega o mérito da diminuição dos acolhimentos de longa duração a uma exigência da lei, esquecendo-se de citar que a referida lei permite a concessão de mais tempo para o acolhimento, caso se comprove essa necessidade perante o judiciário (BRASIL, 2009; FIGUEIRÊDO, 2009). Seguindo essa lógica, o simples fato de a lei coibir acolhimentos que durem mais de dois anos foi medida suficiente para gerar um maior número de desligamentos e reintegrações familiares. Ao fazer tal constatação, esqueceu que, com o auxílio dos programas de redistribuição de renda do governo brasileiro, expandidos durante a promulgação da referida lei, muitas famílias que não possuíam condição financeira de criar seus filhos passaram a reavê-las, favorecendo um maior número de retornos familiares entre os usuários de acolhimento institucional (CAMPELO; NERI, 2013).

O discurso que delega ao trabalho e ao monitoramento do judiciário uma melhora no serviço de acolhimento deixa transparecer uma crítica aos modos de trabalho dos funcionários das instituições públicas, que precisariam de um controle mais rígido para cumprir o seu trabalho

em tempo hábil, isto é, em até dois anos. Alia-se o fato de que a “maturidade da rede” se refere às instâncias de acompanhamento dos serviços de acolhimento, não se fazendo qualquer menção aos trabalhos que são desenvolvidos nas instituições.

### **Políticas públicas de acolhimento à juventude**

Entre as notícias selecionadas foi evidenciada a preocupação com o acolhimento institucional, enquanto política pública, e suas intercambiasções com as intervenções da sociedade civil. Essa temática, presente em cinco notícias, foi situada nas seguintes subcategorias: *exigência de um melhor aparelhamento do Estado para o acolhimento da juventude e intervenções da sociedade civil no atendimento à juventude*.

#### *Exigência de um melhor aparelhamento do estado para o acolhimento da juventude*

Vimos que houve considerável destaque dado às manifestações e programas desenvolvidos por ONGs que trabalham as temáticas da situação de rua e do acolhimento institucional de crianças e jovens, tais manifestações emergiram atreladas às lutas para a garantia dos direitos de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Um exemplo disso é a notícia de um protesto contra a truculência de algumas políticas de acolhimento forçado: “O protesto teve o objetivo de conscientizar gestores públicos e a população sobre a violação dos direitos das pessoas alvos dessas ações” (MANIFESTANTES..., 2011).

A justificativa para a realização desses movimentos se assenta na constatação de que é necessário um melhor aparelhamento do Estado, conforme pontua a notícia: “os abrigos, para atender crianças e adolescentes precisam ser adaptados para cumprirem o papel de cuidar e proteger os direitos desse público”.

O Estado aparece mais uma vez como responsável pela situação complexa dos problemas que geram a situação de acolhimento (TODOS..., 2012). Em nenhum momento é questionado o sistema social que promove os danos apontados pelas notícias, dando a entender que o Estado é o causador, em primeira instância, desses problemas. Dessa forma, as críticas, embora atinjam parcialmente políticas públicas, recaem, em sua maioria, contra o aparelho socioassistencial do Estado, buscando reforçar a representação de ineficiência dessa esfera. Políticas que seriam tomadas por positivas são tratadas de forma ampla e geral (PROJETOS..., 2012), e seus benefícios específicos não são pontuados nas notícias. Dessa forma, investimentos que teriam incidência direta nos programas de acolhimento são retratados como “para melhoria de vida de crianças e adolescentes” (PROJETOS..., 2012), sem que se demonstrem os possíveis impactos específicos dessas políticas para os usuários das instituições de acolhimento institucional.

### *Intervenções da sociedade civil no atendimento à juventude*

A crítica aos aparelhos socioassistenciais do Estado se apresentou acompanhada e coexistindo com a apresentação de iniciativas relatadas como positivas e realizadas por intervenções da sociedade civil. O destaque foi dado aos programas que têm “o objetivo de criar laços afetivos entre pessoas que estão em casas de acolhimento e a sociedade civil” (PROGRAMA..., 2012). Assim, esses programas conseguiriam efetivar uma função que as casas de acolhida apresentam dificuldades em cumprir, qual seja, a de garantir a participação de seus usuários na vida da comunidade em que estão inseridos.

Esses programas, apresentados como de ‘apadrinhamento’ foram elencados como de grande importância afetiva na vida dos usuários de instituições de acolhimento em Recife, considerando-se que o padrinho exerce uma função de referência e de apoio ao desenvolvimento dos jovens em situação de acolhimento. Assim

como, nas notícias retratadas, a figura do padrinho contrasta com a figura do educador social do serviço público, a sociedade civil a contrasta com a do Estado e seus aparelhos. Fica evidente uma contraposição entre eficiência e ineficiência. Os avanços das intervenções da sociedade civil são apresentados como estruturados em ideias positivas, ao passo que os pontos positivos das políticas do Estado repousam sob a tutela do judiciário. Em nenhum momento se confere o destaque às parcerias entre Estado e sociedade civil, sendo esses apresentados como figuras distintas, com modos de atuação contrastantes.

### **Concepções de família segundo a mídia escrita**

A temática da família esteve presente em sete notícias, e os sentidos apontam para explicações da situação de acolhimento relaciona à *pobreza e as famílias como praticantes de violência*.

#### ***Situação de pobreza da família como explicação para o acolhimento***

As notícias selecionadas evidenciam que as famílias usuárias dos serviços de acolhimento institucional são, em geral, pobres. As dificuldades financeiras foram elencadas como o principal problema a ser enfrentado e gerador de outras situações de vulnerabilidade. A fala de uma diretora técnica de uma instituição de acolhimento na mídia impressa é emblemática dessa relação entre situação de pobreza e outras formas de vulnerabilidade: “A questão financeira é geradora das demais violências. Já tivemos relatos de mães que tiveram seus filhos acolhidos por conta da questão financeira e que acabaram agredindo o filho porque ele pediu comida” (TODOS..., 2012).

A pobreza é dimensionada pela mídia jornalística como uma situação que impede a prática da criação e da educação dos filhos. Citando o trabalho de uma magistrada que interpreta ser legítimo os pais deixarem seus filhos em instituições, a notícia destaca:

a magistrada passou pela experiência na infância. Seis de seus dez irmãos estiveram em abrigos. “Foi isso que permitiu minha família estudar. E nenhum dos meus irmãos teve problemas. Eles trabalham em empresas sérias como a Vale e a Petrobras”. (A REALIDADE..., 2012).

Evidencia-se nessa narrativa que as instituições de acolhimento se apresentariam como alternativas viáveis para a educação e o desenvolvimento saudável dos filhos das famílias pobres, sem condições financeiras de sustentá-los. A instituição seria esse lugar que garantiria alimentação de qualidade e educação necessária para se “vencer na vida”. Dessa forma, veicula-se uma imagem negativa das famílias pobres, considerando-as incapazes de prover as necessidades de seus filhos, principalmente as educacionais. Essa concepção é referendada na fala de uma das mães, que alega ter deixado o filho em um abrigo para que ele pudesse ter um futuro melhor, enquanto ela trabalhava como empregada doméstica, morando na casa de seus empregadores, como informa o jornal:

Foi muito difícil, chorei muito no início, mas hoje vejo que ele está bem. Eu voltaria para casa todos os dias se tivesse uma instituição dessas por lá, mas (nome da cidade) não oferece creche de qualidade. Meu sonho é ser mãe, dona de casa e trabalhadora ao mesmo tempo. (A REALIDADE..., 2012).

As notícias desautorizam as famílias pobres, enquanto educadoras de seus filhos, e os sentidos positivados do trabalho realizado nas instituições públicas de acolhimento não têm visibilidade. Dessa forma, a instituição como lugar que permite um melhor desenvolvimento de seus usuários se ancora no sentido compartilhado de incapacidade da família enquanto promotora de um desenvolvimento sadio. Fora desse contexto, as instituições são retratadas negativamente, como marca da ineficiência do Estado.



### ***As famílias como praticantes de violência***

As famílias pobres também foram apresentadas como praticantes de violência. Embora o Estado apareça nas notícias como corresponsável pela prática de violência das famílias em situação de vulnerabilidade, a constatação no noticiário da mídia analisada foi a de que nas famílias pobres se pratica violência doméstica. Esse sentido contribui para referendar a construção de um saber que categoriza essas famílias como incapazes de educar seus filhos, conforme apontam os estudos de Negromonte e Pedrosa (2009), Ribeiro (2012) e Ribeiro e Cruz (2015).

A imagem de família que se apresenta nessas notícias veiculadas pelos jornais é a de que, quando a família não é a praticante do ato de violência, ela se omite de sua responsabilidade de proteção, colocando seus filhos em situações de vulnerabilidade. Difunde-se, assim, a ideia de que a família pobre é incapaz de gerir seus filhos e, do mesmo modo, é omissa, por ser incapaz de protegê-los.

O aumento do índice de uso de álcool e outras drogas entre as famílias pobres é outro fator utilizado para referendar a incapacidade de criar seus filhos. Uma das notícias aponta essa razão como justificativa do crescimento do número de casos de violência doméstica entre as famílias pobres. A situação social da família pobre a caracteriza, no discurso das notícias selecionadas, como não portadora dos elementos morais necessários para acolher, cuidar e educar crianças e jovens.

Rizzini e Rizzini (2004) expõem que, para instituir a lógica de proteção da infância e da sociedade no século XIX, o Estado brasileiro se ancorou na incapacidade moral de as famílias pobres educarem seus filhos. Dessa forma, constrói-se a ideia de que a moral dos pobres não se caracterizaria pelos hábitos e padrões necessários para moldar um desenvolvimento sadio de crianças e jovens (SARTI, 1995). O aumento do número de casos envolvendo violência doméstica seria, então, ocasionado pela situação dessas famílias que, conforme notícia

divulgada, “precisariam de assistência técnica, social e psicológica” (TODOS..., 2012).

No entanto, não há menção, nas notícias selecionadas, aos programas sociais que forneceriam esse suporte. Ao invés disso, as instituições são colocadas como alternativas viáveis de desenvolvimento, lugares onde as famílias podem ser tratadas e treinadas para receber de volta seus filhos e cuidar deles.

Dessa forma, a instituição só é retratada de maneira positiva enquanto modelo de enfrentamento à moral dos pobres, de correção aos jovens ditos ‘marginais’, de instauração de uma cultura diferente da chamada cultura das ruas. Por não propiciar tais anseios, a figura do abrigo seria atacada. Ou seja, se a instituição é positiva para combater a moral dos pobres, é preciso encontrar uma causa para o não atendimento dessa demanda de parte da sociedade. Assim, a ineficiência do Estado aparece como construção de uma ideia que desfigura o potencial das instituições de acolhimento. Enquanto sob a tutela da sociedade civil, as instituições alcançariam resultados positivos (PROGRAMA..., 2012 ); sob a tutela do Estado, teriam como marca a ineficiência (TODOS..., 2012).

### **Considerações finais**

A análise de notícias na mídia impressa pernambucana nos permitiu verificar como esta atua na estruturação de sentidos nas representações sociais do acolhimento institucional e dos objetos que o circundam, como a família, as instituições de acolhimento, o poder judiciário e a assistência social. As produções jornalísticas pesquisadas no período de 2009 a 2014 legitimaram noções e modos de pensar que caracterizam as instituições de acolhida temporária enquanto local negativo de desenvolvimento de seus usuários. Os jovens foram retratados nas notícias como um ‘risco para a sociedade’ e as instituições, vistas como ineficazes em seu campo de atuação.

Encontramos *themas* que opunham a ideia de bem *versus* mal, e esse sentido emergiu estruturando as relações entre as famílias pobres e o acolhimento institucional; entre ações do Estado e da sociedade civil; e entre a assistência social e o Poder Judiciário, de forma a permitir a construção de linhas de argumentação que atestavam a incapacidade das famílias pobres de criarem seus filhos e a ineficiência da assistência social de conduzir as medidas de abrigamento.

Logo, as críticas dirigidas pelos jornais pernambucanos ao Estado brasileiro não se pautam pela garantia de direitos e pela promoção da cidadania de jovens em situação de vulnerabilidade. Direccionam-se, antes, ao descumprimento da socialização esperada para esses jovens por parte das instituições de acolhimento.

Dessa forma, conferimos que, no século XXI, a mídia impressa pernambucana veiculou significados referentes aos jovens pobres que nos remetem aos mesmos sentidos compartilhados no Brasil colônia, os quais, quando em situação de rua, são vistos na dicotomia: *jovens em risco/jovens como risco*. A análise documental atesta que, embora se tenha avançado na legislação protetiva de direitos à juventude e na efetivação das políticas públicas para a juventude, este sentido negativo ainda permanece e é disseminada, junto à população em geral, via mídia impressa, cuja preocupação com possíveis danos causados por esses jovens pobres à sociedade aparece, sobretudo, frente ao que é disseminado como conteúdo de que há o aparente *fracasso* do Estado em *corrigi-los*. Concluímos que a exclusão social em curso se expressa em vários formatos, e a mídia impressa é um dos canais de formação de opinião no sentido dessa apartação social, pois leva ao acirramento das desigualdades sociais e da opressão, em face da carga de estereótipos e preconceitos que dissemina contra o jovem pobre.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 25-36, 1997.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.

A REALIDADE nos abrigos brasileiros. **Diário de Pernambuco**. Recife, 05 de julho de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/nos-abrigos-da-zona-sul-vida-como-ela-e-5389589>>. Acesso em 07 de maio de 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. Avaliando a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei **de Adoção n.º 12.010/2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2011.

CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane. Juventudes, transformação do contemporâneo e participação social. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane (Org.). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: NAU editora: FAPERJ, 2005. p. 9 – 26.

CONFUSÃO em abrigo da prefeitura do Recife. **Jornal do Comércio**. 26 de julho de 2012. Disponível em: <[file:///F:/Levantamento%20de%20notícias/Conflito%20\(Orde-](file:///F:/Levantamento%20de%20notícias/Conflito%20(Orde-)

desordem)/Confusão%20em%20abrigo%20da%20Prefeitura%20do%20Recife%20-%20Jornal%20do%20Commercio.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2013.

CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Políticas públicas e assistência social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FIGUEIRÊDO, Luiz Carlos de Barros. **Comentários à Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12.010/2009)**. Curitiba: Juruá, 2009.

FREITAS, M. V. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GRACIOLE, M. M. **Concepção subvertida de futuro dos jovens**: a trajetória pelo Ensino Médio. 2006. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: Edpucrs, 2004.

JESUÍNO, Jorge Correia. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, Angela Maria; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo. (Org.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações Sociais e Polifasia Cognitiva: Notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (Org.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade**: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18/19, p. 193-203, 2005.

LÉON, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **História dos jovens**: da antiguidade a era moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MANIFESTANTES pedem o fim do recolhimento forçado de pessoas em situação de rua. **Jornal do Comércio**. Recife, 09 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/02/moradores-protestam-contrafalta-de-recolhimento-de-lixo-em-vila-velha-es.html>>. Acesso em 06 de maio de 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 6, 1997.

MENANDRO, Maria Cristina Smith; TRINDADE, Zeide Araújo; ALMEIDA, Angela Maria Oliveira. **Gente jovem reunida**: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos. Vitória-ES: GM, 2010.

MENORES tentam realizar orgia em abrigo no Rio. **Jornal do Comércio**. Recife, 06 de abril de 2011. Disponível em: <[file:///F:/Levantamento%20de%20not%C3%ADcias/Conflito%20\(Onde-desordem\)/NE10%20-%20Menores%20tentam%20realizar%20orgia%20em%20abrigo%20no%20Rio.htm](file:///F:/Levantamento%20de%20not%C3%ADcias/Conflito%20(Onde-desordem)/NE10%20-%20Menores%20tentam%20realizar%20orgia%20em%20abrigo%20no%20Rio.htm)>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O limite da exclusão social:** meninos e meninas de rua no Brasil. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco; 1993.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORIGI, Valdir José. Teoria Social e Comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. **Revista Eletrônica e-compos**, v. 1, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** Investigações em Psicologia Social. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MP-RJ investiga denúncia de maus-tratos a adolescentes em abrigo. **Diário de Pernambuco.** Recife, 16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/05/mp-rj-investiga-denuncia-de-maus-tratos-a-adolescentes-em-abrigo>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

NEGROMONTE, Danielle das Graças; PEDROSA, Maria da Conceição. Desabrigamento: um vínculo a ser rompido. In: FRANCISCO, Ana Lúcia; LIMA DE SOUZA, Severino Ramos. **Psicólogos na Fundac:** uma história que precisa ser contada. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches - FASA, 2009.

NOVA lei determina prazo máximo de dois anos para permanência de crianças em abrigos. **Diário de Pernambuco.** Recife, 03 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.old.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20090803170548&assunto=5&onde=brasil>>. Acesso em 05 de maio de 2013.

PROGRAMA de apadrinhamento une realidades diferentes em Pernambuco. **Diário de Pernambuco.** Recife, 22 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/outros/ultimas->

noticias/46,37,46,11/2012/12/22/interna\_vidaurbana,414487/programa-de-apadrinhamento-une-realidades-diferentes-em-pernambuco.shtml>. Acesso em 06 de maio de 2013.

PROJETOS sociais para melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes receberão R\$1,9 milhão. **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de julho de 2012. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/outros/ultimas-noticias/46,37,46,11/2012/07/03/interna\\_vidaurbana,382832/projetos-sociais-para-melhoria-da-qualidade-de-vida-de-criancas-e-adolescentes-receberao-r-1-9-milhao.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/outros/ultimas-noticias/46,37,46,11/2012/07/03/interna_vidaurbana,382832/projetos-sociais-para-melhoria-da-qualidade-de-vida-de-criancas-e-adolescentes-receberao-r-1-9-milhao.shtml)>. Acesso em 07 de maio de 2013.

RIBEIRO, Patrícia Monteiro. **O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife**. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2012.

RIBEIRO, Patrícia Monteiro; CRUZ, Fatima Maria Leite. Abuso sexual infantil intrafamiliar e sentidos de medo, impotência, sofrimento e solidão dos professores de escolas municipais em Recife (PE). **ARIÚS: revista de ciências humanas e artes**, v. 21, n. 1, p. 132-166, 2015.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria (Org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: Universitária da UFPE, 2005.



SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. Campinas: Autores Associados, 1995.

SPÓSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 6, 1997.

TODOS os dias, cerca de 360 crianças e adolescentes são vítimas de violência no país. **Jornal do Comércio**. Recife 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-12-28/todos-os-dias-cerca-de-360-criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-de-violencia-no-pais>>. Acesso em 07 de maio de 2013.

TRAVERSO-YÉPES, Martha. A interface psicologia social e saúde: perspectivas e desafios. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.6, n. 2, p. 49-56, jul.\dez. 2001.

TRINDADE, Zeide Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (Org.). Brasília: Technopolitik, 2011.

UM em cada três abrigos tem crianças e adolescentes sem autorização judicial. **Jornal do Comércio**. Recife, 08 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-08-08/um-em-cada-tres-abrigos-tem-criancas-e-adolescentes-sem-autorizacao-judicial>>. Acesso em 20 de setembro de 2013.

ZAMBONI, Caroline. Juventude: uma questão de fronteira para a Psicologia Social. In: VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007.